



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681338 - SP (2021/0226348-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO
ADVOGADO : RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO - SP399407
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : S C DA R (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de S C DA R apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0000353-32.2018.8.26.0318).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal). Posteriormente, a apelação defensiva foi desprovida pelo Tribunal de origem.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a fixação do regime inicial fechado, tendo em vista que a quantidade de pena aplicada ao paciente e a favorabilidade das circunstâncias judiciais permitiriam a imposição de modo prisional semiaberto.

Alega que o regime mais gravoso foi fixado em primeiro grau e mantido pela Corte *a quo* com base no caráter hediondo do delito praticado, em descompasso com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Acrescenta, ainda, que a justificativa empregada no acórdão impetrado está amparada na gravidade abstrata do crime, em afronta aos enunciados n. 718 e n. 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e n. 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, consignou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 74):

"O regime inicial fechado de cumprimento de pena fica mantido, considerando a natureza do delito (hediondo), e especialmente o quantum de pena imposto aliado às circunstâncias judiciais desfavoráveis, as quais não podem se prestar a aumentar a pena, neste momento, mas podem justificar a manutenção dela e de seu regime, sem ofensa à vedação à reforma para pior."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência